Enade Licenciaturas
Prova Nacional Docente (P2)
2026

Expectativa de resposta do item discursivo

Apresentação

O item discursivo da Prova Nacional Docente propõe uma situação-problema que envolve a produção de um artigo de opinião para promover uma reflexão sobre os desafios da inclusão e sobre as práticas de ensino voltadas à diversidade dos/as estudantes. Cabe ressaltar, na proposta, a associação entre os seguintes termos-chave: *formação docente*, *neurodiversidade*, *artigo de opinião*, *educação inclusiva*, *aula expositiva*, *neurodivergente*, *atividade pedagógica* e *componente curricular*. O direcionamento dado ao tema pelos textos motivadores aborda (i) a apresentação dos principais desafios enfrentados para promover uma educação inclusiva; (ii) a defesa da necessidade de superar a centralidade da aula expositiva, a fim de articular diferentes formas de ensinar e de promover a participação de estudantes neurodivergentes e (iii) a proposta de uma atividade pedagógica desenvolvendo um conteúdo previsto em dado componente curricular que possibilite múltiplas formas de engajamento dos estudantes.

1. Compreender a proposta de redação e atender ao gênero discursivo e à tipologia textual

1.1. Compreender a proposta de redação

a. Fuga ao tema

Será configurado como **fuga ao tema** qualquer texto que trate de:

- problemas educacionais ou escolares diversos (como indisciplina, evasão escolar, uso de tecnologias em sala de aula ou infraestrutura), mas não mencione a neurodiversidade;
- formação docente, práticas de ensino ou atividades pedagógicas em geral, mas não as relacione com a neurodiversidade;
- práticas socias cotidianas fora do contexto escolar de pessoas neurodivergentes; e
- integração curricular ou interdisciplinaridade em geral, mas não as relacione com a neurodiversidade.

b. Tangenciamento ao tema (nível 1 na Competência 2)

Será configurado como **tangenciamento ao tema** qualquer texto que:

- aborde a neurodiversidade ou a educação inclusiva de forma genérica, sem discutir: os desafios da inclusão; a diversificação das práticas pedagógicas; a superação da centralidade da aula expositiva; a participação de estudantes neurodivergentes.

c. Abordagem parcial do tema (níveis 2 e 3 da Competência 2)

Será considerada **abordagem parcial do tema no nível 2 da Competência 2** qualquer texto que:

- aborde apenas a educação inclusiva e os desafios enfrentados para promovê-la ou apenas a educação inclusiva e a necessidade de superar a centralidade da aula expositiva.

Será considerada **abordagem parcial do tema no nível 3 da Competência 2** qualquer texto que:

- aborde a educação inclusiva e a necessidade de superar a centralidade da aula expositiva, sem contemplar os desafios da inclusão ou a articulação de diferentes práticas de ensino que promovam a participação de estudantes neurodivergentes.

d. Abordagem completa do tema

Será considerada **abordagem completa do tema no nível 4 da Competência 2** qualquer texto que:

- defende pontos de vista e aborda, de forma completa, os desafios da educação inclusiva, a superação da centralidade da aula expositiva e a diversificação das práticas de ensino para promover a participação de estudantes neurodivergentes.

1.2 Sobre o gênero

O artigo de opinião consiste em um gênero textual jornalístico predominantemente argumentativo em que o/a autor/a apresenta e defende explicitamente um ponto de vista sobre alguma questão relevante, de cunho social, político ou cultural da atualidade. Mais do que apenas informar, o/a autor/a interpreta, avalia e procura sustentar sua perspectiva analítica por meio de argumentos coerentes e consistentes. O objetivo central do gênero é convencer e persuadir o/a interlocutor/a de que a posição e a tese escolhidas pelo/a autor/a são as melhores, refutando possíveis opiniões divergentes. Elencam-se, a seguir, algumas características linguístico-discursivas do gênero:

- Defesa de uma tese ou de um posicionamento;
- Uso de estratégias argumentativas e de persuasão;
- Apresentação das questões, dos argumentos e dos contra-argumentos;
- Emprego de linguagem formal, objetiva e acessível;

- Organização do texto na 3ª pessoa ou na 1ª pessoa, conforme o estilo do/a autor/a;
- Uso dos tempos verbais no presente do indicativo ou do subjuntivo e do tempo pretérito na exposição/explicação ou apresentação dos dados;
- Uso de operadores argumentativos em função articuladora coesiva; e
- Uso de exemplos, dados, fatos, estatísticas, citações ou referências, com vistas a conferir confiabilidade para os próprios argumentos.

Para efeito de avaliação,

- o título é facultativo;
- a escolha da pessoa do discurso é do/a participante;
- a sequência textual argumentativa é predominante, articulando-se à expositiva em boa parte do texto;
- as sequências textuais narrativas, descritivas, injuntivas e dialogais podem estar presentes de forma pontual; e
- a organização textual pode se aproximar do texto dissertativo-argumentativo.

2 Apresentar uma atividade pedagógica que atenda plenamente ao solicitado no item discursivo.

2.1 Neurodiversidade

A neurodiversidade compreende a variabilidade natural dos funcionamentos neurológicos, cognitivos e comportamentais humanos, reconhecendo que as diferenças nas formas de perceber, processar informações, aprender, comunicar-se e interagir socialmente constituem dimensões da diversidade humana. O paradigma da neurodiversidade propõe uma compreensão dessas diferenças que não se restringe à perspectiva biomédica do déficit, da patologia ou da deficiência, valorizando também as dimensões sociais, culturais e educacionais da experiência humana. Assim, uma turma pode ser considerada neurodiversa, pois reúne estudantes com diferentes perfis neurológicos.

2.2 Educação inclusiva

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva garante o ingresso de estudantes com altas habilidades ou superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e deficiências diversas (como intelectual, física, auditiva e visual) no ensino regular, englobando da educação infantil à superior. A Educação Inclusiva vai muito além da simples presença física do estudante na sala de aula: ela representa um movimento contínuo de transformação social e cultural. Seu principal objetivo é reestruturar as políticas, as práticas e a cultura das escolas regulares para que consigam responder com qualidade à singularidade de cada estudante. Trata-se de uma abordagem humanista e democrática voltada para o desenvolvimento pleno, a autonomia e a integração social de todos.

2.3 Neurodivergente

O termo *neurodivergente* designa indivíduos cujos padrões de funcionamento neurológico ou cognitivo divergem daqueles socialmente considerados típicos ou predominantes em determinado contexto social. O conceito é frequentemente empregado para se referir a pessoas com condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), dislexia, discalculia e dispraxia. Em uma perspectiva mais abrangente, o termo também pode incluir outras condições neurológicas, cognitivas ou psiquiátricas. Entretanto, não existe uma classificação clínica universal que determine quais condições constituem neurodivergência. É importante ressaltar que a neurodivergência não constitui, por si só, um diagnóstico médico, mas um conceito descritivo e sociocultural, empregado especialmente nos debates sobre inclusão, identidade, educação e direitos.

3. Sobre os Direitos Humanos

Configura **desrespeito aos Direitos Humanos (os tópicos seguintes são exemplos):**

- qualquer afirmação que reforce preconceitos ou estereótipos negativos sobre estudantes neurodivergentes, atribuindo-lhes incapacidade, desinteresse, indisciplina ou impossibilidade de aprender em razão de suas características;
- qualquer afirmação que apresente a neurodivergência como justificativa para excluir estudantes de atividades coletivas, restringir sua participação ou reduzir, de maneira generalizada, suas possibilidades de aprendizagem;
- defesa da negação ou da restrição do direito à educação inclusiva, à acessibilidade, à participação e ao desenvolvimento das potencialidades de estudantes neurodivergentes; e
- defesa de práticas pedagógicas discriminatórias que neguem aos estudantes oportunidades de acesso ao conhecimento ou de participação nas atividades em razão de suas características individuais.